

BBVA

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

CNPJ nº 45.283.173/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado e da mutação do patrimônio líquido relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)			
Ativo	Nota explicativa	12.2020	12.2019	Passivo	Nota explicativa	12.2020	12.2019
Disponibilidades	4	2.424	90	Demais instrumentos financeiros passivos		89	15
Instrumentos financeiros		112.138	114.260	Outros instrumentos financeiros passivos	9	89	15
Títulos e valores mobiliários	5	112.138	114.260	Outros passivos		4.667	2.224
Outros ativos		11.412	8.514	Contas a pagar	8a	59	45
Diversos	6	11.412	8.514	Fiscais e previdenciárias	8b	3.289	572
Imobilizado de uso		189	174	Provisões trabalhistas	8c	359	299
Imobilizado	7	653	750	Imposto de renda e contribuição social diferido	12b	960	1.308
Depreciação		(464)	(576)	Patrimônio líquido	10	121.407	120.799
				Capital Social		56.229	56.229
				Reservas		64.007	62.607
				Outros resultados abrangentes		1.171	1.963
Total do ativo		126.163	123.038	Total do passivo		126.163	123.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social subscrito	Reserva de lucros Legal	Outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		56.229	3.895	58.717	1.047	-	119.888
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	916	-	916
Prejuízo do Período		-	-	-	-	(5)	(5)
Destinações:							
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(5)	-	5	(0)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		56.229	3.895	58.712	1.963	-	120.799
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(792)	-	(792)
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.473	1.473
Destinações:							
Reserva Legal		-	73	-	-	(73)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(73)	(73)
Absorção de lucros acumulados		-	-	1.327	-	(1.327)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		56.229	3.968	60.039	1.171	-	121.407
Saldos em 30 de junho de 2020		56.229	3.895	55.267	2.229	-	117.620
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(1.058)	-	(1.058)
Lucro do exercício		-	-	-	-	4.918	4.918
Destinações:							
Reserva Legal		-	73	-	-	(73)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(73)	(73)
Absorção de lucros acumulados		-	-	4.772	-	(4.772)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	56.229	3.968	60.039	1.171	-	121.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, a administração da carteira de valores mobiliários e fundos de investimento. O Banco, situado à Rua Campos Bicudo, 98 C.J. 162, Jardim Europa, São Paulo - SP, mantém, basicamente, aplicações em fundos de investimentos e ações em companhias abertas (nota explicativa nº 5) para gerenciamento do seu caixa. **2. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras: a. Práticas contábeis:** As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, foi dada pela Administração em 01 de abril de 2021. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **• CPC 00 (R1)** - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; **• CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **• CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016. **• CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; **• CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016. **• CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; **• CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **• CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **• CPC 24** - Evento subsequente - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11; **• CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **• CPC 27** - Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016. **• CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. **• CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019; **• CPC 46** - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019. Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. **b. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 31, parágrafo único da Resolução BCB nº 2/20, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue: **Classificação do Cosif** **31.12.2019** **31.12.2020** **Novo classificação** Títulos e valores mobiliários 114.260 112.138 Instrumentos financeiros ativos Outros créditos 8.514 11.412 Outros ativos Permanente 174 189 Imobilizado de uso Outras obrigações 2.239 4.756 Instrumentos financeiros passivos/ Outros passivos Capital social de domiciliados no exterior 56.229 56.229 Capital social Reservas de lucros 62.607 64.007 Reservas Ajuste de avaliação patrimonial 1.963 1.171 Outros resultados abrangentes

c. Reapresentação dos valores comparativos: A Administração verificou determinadas transações existentes em 31 de dezembro de 2019, e determinou necessária a reapresentação dos valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019 bem como a demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao

exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, de forma a considerar os seguintes ajustes: 1) Estorno de provisão indevida de dividendos a pagar - Os dividendos a serem distribuídos aos acionistas em 31 de dezembro de 2017 eram de R\$ 9.602, correspondentes aos anos de 2011 a 2017. Em 31 de dezembro de 2017 esses dividendos encontravam-se devidamente provisionados. No momento do pagamento, ocorrido em 26 de junho de 2018, a provisão de dividendos a pagar foi baixada, mas no mesmo momento foi realizada, equivocadamente, uma nova provisão de dividendos a pagar no montante de R\$ 9.602, contra o patrimônio líquido. Sendo assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 o Banco apresentou em seu passivo um montante indevido de dividendos a pagar no valor de R\$ 9.602. (Vide nota explicativa nº 10). 2) Registro de provisão de dividendos a pagar aos acionistas não realizada - Os dividendos a serem distribuídos aos acionistas referentes ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 eram de R\$ 15, no entanto, a respectiva provisão só foi reconhecida em 30 de junho de 2020. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018 e 2019 os dividendos a pagar não contemplavam o montante de R\$15, referentes ao exercício 2018. (Vide nota explicativa nº 9 e nº 10). Considerando que os ajustes supracitados afetaram os saldos de abertura na data base 1º de janeiro de 2019, apresentados abaixo juntamente com a reapresentação de saldos na demonstração das mutações do patrimônio líquido. As reclassificações acima descritas não alteraram as demonstrações do resultado do exercício, as demonstrações dos resultados abrangentes e as demonstrações do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

a) Efeitos da reapresentação no balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019			
Ativo	Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	90	-	90
Instrumentos financeiros	114.260	-	114.260
Títulos e valores mobiliários	114.260	-	114.260
Outros ativos	8.514	-	8.514
Diversos	8.514	-	8.514
Imobilizado de uso	174	-	174
Imobilizado	750	-	750
Depreciação	(576)	-	(576)
Total do ativo	123.038	-	123.038
31 de dezembro de 2019			
Passivo	Original	Ajuste	Reapresentado
Demais instrumentos financeiros passivos	9.602	(9.587)	15
Outros instrumentos financeiros passivos	9.602	(9.587)	15
Outros passivos	2.224	-	2.224
Contas a pagar	45	-	45
Fiscais e previdenciárias	572	-	572
Provisões trabalhistas	299	-	299
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.308	-	1.308
Patrimônio líquido	111.212	9.587	120.799
Capital Social	56.229	-	56.229
Reservas	53.020	9.587	62.607
Outros resultados abrangentes	1.963	-	1.963
Total do passivo	123.038	-	123.038
01 de janeiro de 2019			
Ativo	Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	232	-	232
Instrumentos financeiros	115.359	-	115.359
Títulos e valores mobiliários	115.359	-	115.359
Outros ativos	6.283	-	6.283
Diversos	6.283	-	6.283
Imobilizado de uso	273	-	273
Imobilizado	747	-	747

b) Efeitos na reapresentação da demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota Explicativa	Capital social subscrito	Reserva de lucros Legal	Outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (original)		56.229	3.895	49.130	1.047	-	110.301
Estorno de provisão de dividendos a pagar aos acionistas referente anos de 2011 a 2017	3i-1	-	-	9.602	-	-	9.602
Provisão de dividendos a pagar aos acionistas referente ao ano de 2018	3i-2	-	-	(15)	-	-	(15)
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)		56.229	3.895	58.717	1.047	-	119.888
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (original)		56.229	3.895	49.125	1.963	-	111.212
Estorno de provisão de dividendos a pagar aos acionistas referente anos de 2011 a 2017	3i-1	-	-	9.602	-	-	9.602
Provisão de dividendos a pagar aos acionistas referente ao ano de 2018	3i-2	-	-	(15)	-	-	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		56.229	3.895	58.712	1.963	-	120.799

3. Principais práticas contábeis: a. Apuração de resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores à 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, conforme circular BACEN nº 3.068/11, da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito

de serem ativa e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(Continuação)

As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. • **Mensuração do valor de mercado:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização das cotas dos fundos de investimentos e das ações compostas nos títulos e valores mobiliários de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a resolução 4.748/2019 do BACEN. Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças, caso aplicável. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo e passivos circulante e exigível a longo prazo.** São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. **e. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, da seguinte forma: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação; Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • **Obrigações legais:** referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do BACEN. **f. Imposto de renda e contribuição social:** Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de renda	15,00
Adicional de imposto de renda	10,00
Contribuição social	20,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. **g. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este último, não há a necessidade de sua constituição por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente. **h. Resultado recorrente/não recorrente:** As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações de investimento, administração de carteira de valores mobiliários, fundos de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no exercício de 2020, no montante de R\$ 1.473 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **4. Componentes de caixa e equivalente caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

Caixa e equivalentes de caixa	12.2020	12.2019
Moeda Nacional	<u>2.424</u>	<u>90</u>
Total	<u>2.424</u>	<u>90</u>

5. Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria de títulos para negociação (cotas de fundos) e disponíveis para venda (ações) está assim representada:

5a. Diversificação por tipo	12.2020	12.2019
Carteira própria		
Cotas de Fundos	109.959	110.897
Título de valores mobiliários	<u>2.179</u>	<u>3.363</u>
Total	<u>112.138</u>	<u>114.260</u>
Fundo de investimento Itau HIGH GRADE RF CRED PRIVADO	51.753	50.817
Fundo de investimento Itau CORP PLUS RENDA FIXA	38.775	46.538
Fundo de investimento Itau CORPORATE RF	6.848	6.722
Fundo de investimento Bradesco CFRDF	2.836	2.772
Fundo de investimento Itau GOLD RF	7.696	2.037
Fundo de investimento Itau FIX 5	2.051	2.011
Ações de companhia aberta - Título B3 ON NM	<u>2.179</u>	<u>3.363</u>
	<u>112.138</u>	<u>114.260</u>

5b. Diversificação por prazo	112.138	114.260
Circulante (i)	<u>109.959</u>	<u>110.897</u>
Não Circulante (ii)	2.179	3.363

(i) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos, portanto, classificadas como Nível 2. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em cotas de fundos não possuem vencimento, bem como o seu valor de custo é igual ao de mercado. (ii) As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, portanto classificadas como

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

Nível 1. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco apresentava em sua carteira 35.158 ações de companhias abertas (75.158 ações em 2019), registradas B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, equivalentes a R\$ 2.179 (R\$ 3.363 em 2019), classificadas como "disponível para venda". O saldo de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.963, (R\$ 1.171 em 2019) refere-se aos ganhos e perdas não realizáveis, deduzidas dos efeitos fiscais. A companhia decidiu pela venda de 40.000 ações da B3 S.A. no mês de dezembro de 2020.

5c. Resultado com títulos e valores mobiliários	2º semestre		
	2020	12.2020	12.2019
Aplicações em Fundos de investimentos	8.250	18.303	8.799
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimentos	1.103	2.357	6.295
Dividendos - Ações Companhias abertas	49	98	17

7. Imobilizado e Depreciações		Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios		Equipamentos informática e Comunicação		
Custo	Instalações			Veículos		Benfeitorias	Total
Saldos em 31/12/2019	37	29	86	381	187	30	750
Adições	-	-	-	-	78	-	78
Baixas	-	-	-	(175)	-	-	(175)
Saldos em 31/12/2020	<u>37</u>	<u>29</u>	<u>86</u>	<u>206</u>	<u>265</u>	<u>30</u>	<u>653</u>
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2019	(36)	(28)	(81)	(232)	(169)	(30)	(576)
Adições	(1)	-	(2)	(49)	(11)	-	(63)
Baixas	-	-	-	175	-	-	175
Saldos em 31/12/2020	<u>(37)</u>	<u>(28)</u>	<u>(83)</u>	<u>(106)</u>	<u>(180)</u>	<u>(30)</u>	<u>(464)</u>
Saldos em 31/12/2019	-	1	5	149	18	0	174
Saldos em 31/12/2020	-	1	3	100	85	0	189

8. Outros passivos: 8a. Contas a Pagar	12.2020	12.2019
Outras contas a Pagar	<u>59</u>	<u>45</u>
Total	<u>59</u>	<u>45</u>

Circulante	59	45
Não Circulante	-	-
8b. Fiscais e previdenciárias	12.2020	12.2019
Provisão para imposto de renda	1.569	-
Provisão para contribuição social	1.018	80
Outros Impostos e contribuições pagar	702	492
Total	<u>3.289</u>	<u>572</u>

Circulante	3.289	572
Não Circulante	-	-

8c. Provisões para encargos trabalhistas	12.2020	12.2019
Provisão de Férias	269	224
Provisão INSS sobre Férias	69	58
Provisão FGTS sobre Férias	22	18
Total	<u>359</u>	<u>299</u>

Circulante	359	299
Não Circulante	-	-

9. Outros instrumentos financeiros passivos	12.2020	12.2019
Dividendos a Pagar	<u>89</u>	<u>15</u>
Total	<u>89</u>	<u>15</u>

Circulante	89	15
Não Circulante	-	-
Refere-se a dividendos provisionados aos acionistas no valor de R\$ 15 em abril de 2019, referente ao lucro correspondente ao período de 2018 e, para 2020, soma-se o valor de R\$ 73, referente ao lucro correspondente ao período de 2020. Estes dividendos a pagar não foram pagos aos acionistas até o momento. A ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de junho de 2020 referente ao lucro correspondente ao período de 2019 não destinou dividendos, portanto não houve atualização em 2020.		
10. Patrimônio Líquido	12.2020	12.2019
Capital social	56.229	56.229
Reservas de lucros	60.039	58.712
Reserva legal	3.969	3.895
Ajuste de avaliação patrimonial	1.171	1.963
TOTAL	<u>121.408</u>	<u>120.799</u>

a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 56.229.134 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 por ação. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. o acionista que corresponde a 99,99% das ações. **b. Destinação do lucro:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício de acordo com o Estatuto Social, até o limite de 20% do capital social definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2020 houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 73, e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 73, sendo o saldo remanescente de R\$ 1.327 destinado as reservas de lucros, e em dezembro de 2019 não houve constituição de reserva legal devido ao prejuízo líquido apresentado naquele exercício. O ajuste de avaliação patrimonial refere-se a marcação a mercado da posição em ações da instituição no valor de R\$ 1.171 (R\$ 1.963 em 2019). **11. Provisões e passivos contingentes:** **11a.** Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não havia ativos contingentes registrados. **11b.** Ao final do período em 31 de dezembro de 2020 existiam os seguintes passivos contingentes: Existem passivos contingentes referentes a processos de natureza tributária e cível, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos externos, com o riscos de perdas possível e remota, não reconhecidos contabilmente. No momento, o Banco não possui processos prováveis. O processo jurídico do banco de natureza tributária com classificação de perda possível totaliza R\$ 301 no período findo em 31 de dezembro de 2020 correspondente a 2 processos e R\$ 315 em 31 de dezembro de 2019.

12. Imposto de renda e contribuição social: 12a. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes: Os encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL no exercício estão assim demonstrados:

	12.2020	12.2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.060	521
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(1.827)	(208)
Efeito de IRPJ e de CSLL sobre as diferenças permanentes - contribuição associativa não-compulsória, bônus dirigentes e dividendos recebidos	(851)	(330)
Dedução de incentivos fiscais (PAT)	24	12
Créditos tributários não reconhecidos	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL - valores correntes	<u>2.587</u>	<u>526</u>

12b. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.2020	12.2019
Título de valores mobiliários - ações em companhias abertas	2.179	3.363
Custo histórico dos títulos de valores mobiliários	(48)	(94)
Base cálculo - IRPJ e CSLL diferidos	<u>2.131</u>	<u>3.269</u>
IRPJ- 25%	533	817
CSLL - 15%	-	490
CSLL - 20% a partir de 01.03.2020 conforme artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019	426	-
IRPJ e CSLL - diferidos	<u>960</u>	<u>1.308</u>

13. Demonstração do Resultado: 13a. Despesas com pessoal

	2º Semestre		
	2020	12.2020	12.2019
Benefícios	393	758	806
Encargos sociais	520	1.453	1.515
Proventos	1.197	4.754	4.681
Treinamento	48	81	81
Total	<u>2.158</u>	<u>7.046</u>	<u>7.083</u>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Acionistas do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do

patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira

	2º semestre		
	2020	12.2020	12.2019
Ganhos na alienação de investimentos	<u>2.362</u>	<u>2.362</u>	-
Total	<u>11.763</u>	<u>23.118</u>	<u>15.111</u>
6. Outros ativos	12.2020	12.2019	
Imposto de renda e contribuição social a compensar		11	10
Imposto de renda a recuperar		3.177	4.094
Despesas antecipadas		59	62
Contas a receber coligadas		8.054	4.306
Outros		28	28
Adiantamento e antecipações salariais		83	13
		<u>11.413</u>	<u>8.514</u>
		<u>11.412</u>	<u>8.514</u>
		11.412	8.505
		-	9

	2º Semestre 2020	12.2020	12.2019
Despesas de Água, Energia e Gás	12	24	27
Despesas de Aluguéis e Condomínios	133	250	247
Despesas de Comunicações	59	114	150
Despesa Manutenção de Bens	1	1	5
Despesas de Material	0	10	55
Despesas de Publicações	9	36	36
Despesas de Seguros	15	30	38
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	11	28	28
Despesas de Serviços de Terceiros	115	235	324
Despesas de serviços, vigilância e segurança	98	198	205
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	796	1.289	1.227
Despesas de Transportes	14	34	55
Despesas de amortização e depreciação	27	63	103
Outras Despesas Administrativas	36	83	188
Total	<u>1.326</u>	<u>2.395</u>	<u>2.688</u>

13c. Despesas Tributárias	2º Semestre 2020	12.2020	12.2019
Cofins	143	198	253
Pis	23	32	41
IPPU	15	27	26
Outros impostos e taxas	26	66	36
IOF/IOC - despesas tributárias	0	0	1
Total	<u>207</u>	<u>323</u>	<u>357</u>
13d. Outras receitas operacionais	2º Semestre 2020	12.2020	12.2019
Variação Monetária sobre Impostos e Contribuições	-	1.230	47
Descontos Obtidos	0	0	1
Variação Selic	39	85	153
Outras	19	88	50
Dividendos	49	98	17
Resultado com venda de ações	2.361	2.361	-
Total	<u>2.468</u>	<u>3.862</u>	<u>268</u>

13e. Outras despesas operacionais	2º Semestre 2020	12.2020	12.2019
Juros e multas	9	29	3
Despesas não operacionais	13	13	-
Total	<u>22</u>	<u>42</u>	<u>3</u>
13f. Receitas de prestação de serviços:			
As rendas de prestação de serviços referem-se a receita líquida de serviços de assessoria e consultoria prestados ao Banco Bilbao Viscaya Argentina S.A. com a finalidade de suprimento de caixa nos exercícios assim demonstrados:			
	2º Semestre 2020	12.2020	12.2019
Rendas de prestação de serviços	7.652	7.652	4.091
Total	<u>7.652</u>	<u>7.652</u>	<u>4.091</u>

14. Transações com partes relacionadas: Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados abaixo:

	12.2020	12.2019
14a. Outras contas a receber		
Banco Bilbao Vizcaya	<u>8.054</u>	<u>4.306</u>
Total	<u>8.054</u>	<u>4.306</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Banco possui valores a receber conforme nota 6, referente ao contrato de SLA, com sua matriz Banco Bilbao Vizcaya S.A. de R\$ 8.054 e 4.306 respectivamente. **14b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi no montante de R\$ 2.237 (R\$ 2.888 em 31 de dezembro de 2019), registrada na rubrica despesas com pessoal. **15. Outras informações:** **a.** Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e dezembro de 2019, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. **b.** Os ativos foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período. **c.** Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e dezembro de 2019, não existiam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento. **d.** A administração do BBVA avaliou potenciais efeitos nas operações locais e internacionais (controlador) decorrentes da pandemia COVID-19 e concluiu que não existem impactos significativos, bem como alterações relevantes nas estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020.

16. Acordo de basileia (limite operacional): Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites do Banco são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2020 foi de 112,30% (191,91% em dezembro de 2019). **17. Gerenciamento de riscos • Estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital.** • Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor: Risco Operacional (Resolução 3.380/06), Risco de Mercado (Resolução 3.464/07), Risco de Crédito (Resolução 3.721/09) e de Capital (Resolução 3.988/11). A resolução nº 4.557 de 23/02/2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN) aprimorou as regras para gestão de riscos e gestão de capital. • A diretoria executiva mantém uma adequada estrutura de funcionamento para o atual nível de operação da instituição estando em conformidade com as políticas e normas estabelecidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) no tocante e observação e das boas práticas de mercado que envolva possíveis riscos mercado, operacionais, gerenciamento de risco de crédito, ainda que não tenhamos uma carteira ativa de clientes, bem como a gestão de risco de liquidez pautado em política interna de gerenciamento, monitoramento de melhor utilização de recursos existentes para suportar despesas operacionais visando uma adequação de possíveis riscos de crédito, em que se determinam as responsabilidades, estratégias para a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **18. Nota de Eventos Subsequentes:** Na reunião de Assembleia Geral Ordinária será deliberado a respeito da destinação dos lucros obtidos no ano de 2020 atualmente registrado em reservas de lucros juntamente com o excedente de lucros obtidos nos anos anteriores. Neste sentido, será observado a adequação de saldos de reservas de lucros não superiores ao valor de Capital Social, adequação ao Artigo 199 da Lei 6.404 de 1976. Em março de 2021 foi promulgada a Medida Provisória nº 1.034 que estabelece em Inciso III do Artigo 1º a majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos de 200% para 25% com vigência a partir de 01 de julho de 2021.

do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.			
<i>(Continuação)</i>			
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 01 de abril de 2021			
			
KPMG Auditores Independentes		Rodrigo de Mattos Lia	
CRC 2SP014428/O-6		Contador CRC 1SP252418/O-3	
A Diretoria		Ouvidoria: Tel.: 0800-772-3500	
HLB Brasil Pryor Consulting Solutions Ltda. - CRC/SP 2SP 026.948/O-9		Ines Regina Tavares Caressato Garcia- Contadora Responsável - CRC 1SP 192.361/O-0	

São Lucas Hospital Care S.A.	
CNPJ/ME nº 27.340.862/0001-10 - NIRE 35.300.502.302	
Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 23/12/2020	
1. Data, Hora e Local: No dia 23/12/2020, às 10h, na sede social da São Lucas Hospital Care S.A., sociedade anônima de capital fechado, CNPJ/ME nº 27.340.862/0001-10, com sede na Rua Bernardino de Campos, nº 1642, sala 02, Bairro Centro, Ribeirão Preto/SP, CEP 14.015-130 (“Companhia”). 2. Convocação e Presença: Dispensa da publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), em razão de estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, conform e assinaturas constantes do “Livro de Presença de Acionistas”. 3. Mesa: Presidente da mesa: Sr. Pedro Antonio Palocci; secretário da mesa: Sr. João Marcos Bezerra. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a criação de ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal; (ii) a criação de ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal; (iii) a ratificação da contratação de empresa avaliadora;(iv) a aprovação dos laudos de avaliação elaborados pela empresa avaliadora; (v) o aumento do capital social da Companhia em decorrência da conferência de quotas da Med Medicina Diagnóstica Ltda. e do Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda. ao capital social da Companhia e a consequente alteração do contrato social da Companhia; (vi) a inclusão do Artigo 29 no Estatuto Social da Companhia e alteração do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; (vii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (viii) demais assuntos de interesse da Companhia. 5. Deliberações: Após exame das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista deliberou, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: 5.1. Aprovar a criação de ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal e os seguintes direitos: (a) participação, de maneira integral, na distribuição dos resultados, inclusive dividendos e juros sobre capital próprio; (b) direito de participar, em igualdade de condições, com os titulares de ações ordinárias, no aumento de capital decorrente da capitalização de reservas, lucros ou ainda com a utilização de quaisquer outros fundos; (c) prioridade no reembolso do capital sem prêmio, nos termos do inciso II do artigo 17 da Lei das S.A.; (d) possibilidade de conversão em ações ordinárias classe A, obedecida a relação de troca de 1:1 (1 (uma) ação ordinária classe A para cada ação preferencial classe A), com os mesmos direitos, vantagens, prioridades e preferências outorgados aos titulares das ações ordinárias cumulativamente com os direitos atribuídos às ações preferenciais classe A; (e) poderes e direitos idênticos aos atribuídos às ações ordinárias, de participação, convocação, de voto ou veto, nas Assembleias Gerais, de acordo com as matérias elencadas nos itens (f) e (g) adiante; (f) direito a voto (1) para casos de dissolução e liquidação da Companhia, a fim de eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas, (2) para deliberações relacionadas à Med Medicina Diagnóstica Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 52.388.287/0001-72, com sede social na Rua Bernardino de Campos, nº 1426, Vila Seixas, Setor Radiologia, Ribeirão Preto/SP, CEP 14.020-093 (“MED”), na qualidade de subsidiária da Companhia; (g) em adição aos direitos assegurados nos itens anteriores, o exercício do direito de voto da Companhia e o seu posicionamento nas deliberações sociais da MED depende de voto afirmativo dos acionistas detentores de 75% das ações preferenciais classe A no tocante às seguintes matérias: (1) alterações do contrato social da Med, (2) eleição, destituição e fixação de remuneração dos administradores da MED, (3) operações societárias ou de investimento envolvendo direta ou indiretamente a MED, (4) dissolução e liquidação da MED, (5) pedido de falência e recuperação judicial da MED, (6) implementação de plano de opções da MED, e (7) aprovação de contas e demonstrações financeiras da MED. 5.2. Aprovar a criação de ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, todas nominativas, sem valor nominal e com os seguintes direitos: (a) participação, de maneira integral, na distribuição dos resultados, inclusive dividendos e juros sobre capital próprio; (b) direito de participar, em igualdade de condições, com os titulares de ações ordinárias, no aumento de capital decorrente da capitalização de reservas, lucros ou ainda com a utilização de quaisquer outros fundos; (c) prioridade no reembolso do capital sem prêmio, nos termos do inciso II do artigo 17 da Lei das S.A.; (d) possibilidade de conversão em ações ordinárias classe B, obedecida a relação de troca de 1:1 (1 (uma) ação ordinária classe B para cada ação preferencial classe B), com os mesmos direitos, vantagens, prioridades e preferências outorgados aos titulares das ações ordinárias cumulativamente com os direitos atribuídos às ações preferenciais classe B; (e) poderes e direitos idênticos aos atribuídos às ações ordinárias, de participação, convocação, de voto ou veto, nas Assembleias Gerais, em relação às matérias elencadas nos itens (f), (g) e (h) adiante; (f) direito a voto (1) para casos de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e falência da Companhia, (2) para deliberações relacionadas ao Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.053.916/0001-96, com sede social na Avenida Independência, nº 4.000, Jardim California, Ribeirão Preto/SP, CEP 14026-160 (“HERP”), na qualidade de subsidiária da Companhia; (g) em adição aos direitos assegurados nos itens anteriores, o exercício do direito de voto da Companhia e o seu posicionamento nas deliberações sociais do HERP depende de voto afirmativo da totalidade dos acionistas detentores de ações preferenciais classe B no tocante às seguintes matérias: (1) alterações no objeto social do HERP que impliquem em mudança relevante das suas atividades, (2) operações societárias envolvendo o HERP que afetem os titulares de ações preferenciais classe B de forma desproporcional e causem uma diluição injustificada, (3) dissolução e liquidação do HERP, e (4) início de qualquer processo voluntário de falência ou recuperação judicial do HERP, nos termos da Lei nº 11.101/05, conforme alterada; (h) direito de indicar 2 membros ao Conselho Consultivo do HERP; e (i) direito de solicitar, com periodicidade não inferior a mensal, informações sobre os negócios sociais do HERP, incluindo, mas não se limitando a, informações sobre a situação ou as perspectivas de negócios do HERP e informações de natureza financeira e contábil, bem como reunir-se com os Diretores do HERP, contadores e assessores, visando discutir e interair-se sobre assuntos do HERP, em datas e horários prévia e expressamente estabelecidos por escrito, de comum acordo, além do acesso, mediante solicitação prévia e expressa por escrito, a seus livros e registros societários, fiscais e contábeis, seja mediante apresentação de cópia dos referidos registros, ou mediante a sua verificação <i>in loco</i>, condicionada a que tal solicitação não seja feita com periodicidade inferior a mensal. 5.3. Ratificar a contratação da Pemom Auditores Independentes S.S., sociedade estabelecida em São Paulo/SP, na Avenida Francisco Matarazzo, 404, 2º andar, conjuntos 201, Edifício Park Office Center, Água Branca, CEP 05001-000, CNPJ/MF nº 18.227.733/0001-29 registrada originariamente no CRC/SP nº 2SP-031.056/O-2 com seu contrato social registrado no 4º Oficial Registro de Títulos e Documentos Civil de Pessoa Jurídica desta Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 613.593 em 24/05/2013 e alteração posterior registrada naquele mesmo cartório, sendo a última sob o nº 685.312 em 08/10/2019 representada pelo seu sócio Sr. Henrique Silva Premoli, brasileiro, casado, contador, RG nº 23.817.207-7, CPF sob o nº 157.763.008-43 no CRC nº 1SP-250.993/O-6 residente e domiciliado em São Paulo/SP com escritório no mesmo endereço (“Empresa Avaliadora”), a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou a sua avaliação das quotas conferidas ao capital social da Companhia, a valor contábil, na data base de 30/06/2020 (“Data Base”), quais sejam (a) 2.021.595 quotas de emissão da MED, correspondentes a 40% do capital social desta sociedade (“Quotas Conferidas MED”); e (b) 1.443.956 quotas de emissão do HERP, correspondentes a 22,68% do capital social desta sociedade (“Quotas Conferidas HERP” e, em conjunto com as Quotas Conferidas MED, as “Quotas Conferidas”). 5.4. Aprovar, depois de lido e discutido, os laudos de avaliação das Quotas Conferidas MED e das Quotas Conferidas HERP elaborados pela Empresa Avaliadora, os quais, após rubricados pelos presentes, passaram a fazer parte integrante da presente ata como Anexo I (“Laudos de Avaliação”). 5.4.1. De acordo com os Laudos de Avaliação, as Quotas Conferidas MED foram avaliadas na Data Base em R\$ 2.021.600,00 e as Quotas Conferidas HERP foram avaliadas na Data Base em R\$ 1.357.318,64. 5.5. Estando o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, aprovar o aumento do capital social da Companhia, em decorrência da conferência das Quotas Conferidas ao capital social da Companhia em R\$ 3.378.918,64, passando o capital social de R\$ 61.711.502,91 para R\$ 65.090.421,55, mediante a emissão de <i>(i)</i> 3.415.248 novas ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R\$ 0,5919 por ação e <i>(ii)</i> 1.778.652 novas ações preferenciais classe B, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R\$ 0,76 por ação. 5.5.1. Todos os acionistas, detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, neste ato, expressamente e de forma irrevogável e irretratável, renunciaram ao direito de preferência para a subscrição de novas ações e declaram que não possuem qualquer demanda, direito, título ou interesse de qualquer tipo ou de qualquer natureza a respeito da subscrição e integralização das ações referenciadas no item 5.5 acima. 5.5.2. As novas ações são, neste ato, totalmente subscritas pelos Acionistas Minoritários Classe A da MED (conforme definido no Anexo II) e pelos Acionistas Minoritários Classe B da HERP (conforme definido no Anexo II), conforme constante dos boletins de subscrição anexos à presente como Anexo II. Todas as ações ora subscritas são neste ato integralizadas mediante conferência ao capital social da Companhia das Quotas Conferidas MED e das Quotas Conferidas HERP, nos termos dos Boletins	

HSBX Bauru Empreendimentos S/A

Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF N° 67.760.702/0001-44

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da empresa, situada na Rua Araújo Leite s/n°, quadra 18, lado par, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, os documentos a que se referem o Artigo nº 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em **31.12.2020**.

Henry Maksoud Neto - Diretor Presidente.

Hidroservice Amazonia S/A

Agropecuária e Industrial

CNPJ/MF nº 05.054.358/0001-10

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da empresa, situada na Alameda Ribeirão Preto nº 401, 1º andar, parte, Bela Vista os documentos a que se referem o Artigo nº 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em **31.12.2020**.

Henry Maksoud Neto
Diretor Presidente

PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.

CNPJ Nº 58.131.582/0001-25 - NIRE Nº 3530006086-5

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, em sua sede social, na Praça dos Expedicionários nº 10, em Santos-SP, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei Federal nº 6.404, de 15/12/76 (Lei das Sociedades Anônimas). Santos, 31/03/2021 ODAIR GONZALEZ - Presidente do Conselho de Administração.